

CORREIO NACIONAL



Walterson Rosa/MS

Alvo são pacientes com diabetes tipo 2

Saúde amplia uso de insulinas análogas do SUS

Dados de pesquisa do Ministério da Saúde apontam que 10,2% da população têm diabetes, o que equivale a uma população de 2,7 milhões de pessoas. Para auxiliar na estratégia de superar a situação mundial de restrição da oferta de insulinas, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS deu recomendação favorável para a ampliação do uso das insulinas análogas de ação rápida e prolongada para pacientes com diabetes mellitus tipo 2.

Portaria publicada na sexta, no Diário Oficial da União, apresenta critérios para garantir o acesso da população: preço competitivo entre as moléculas, estabilidade das parcerias de desenvolvimento produtivo e de inovação e a inserção gradual na rede, a fim de viabilizar ações de planejamento para a dispensação preconizados pelo Ministério da Saúde. Até então, as insulinas análogas estavam disponíveis no SUS apenas para pacientes com diabetes mellitus do tipo 1.

Cidades Criativas da Unesco

Municípios brasileiros interessados em integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco têm até 20 de janeiro de 2025 para apresentar as candidaturas para a iniciativa. A seleção nacional é coordenada pela Comissão Nacional do Brasil para a Unesco, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores

(MRE), em parceria com os ministérios da Cultura (MinC) e do Turismo (MTur). A Rede, criada em 2004, promove o uso da criatividade como motor para o desenvolvimento sustentável. Os municípios participantes assumem o compromisso de impulsionar a produção cultural.

Serviços de conectividade

O Ministério da Educação, em parceria com o Ministério das Comunicações, iniciou a implementação de serviços de conectividade em escolas públicas municipais selecionadas pelo projeto Fust Benefício Fiscal. A ação integra a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas — coordenada pelo MEC — e o

Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). O objetivo é conectar escolas com infraestrutura de internet e Wi-Fi, viabilizando o uso pedagógico das tecnologias digitais. O projeto utiliza uma modalidade específica do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Transformação digital do Estado

A ministra Esther Dweck participou nesta sexta-feira (29/11) de dois eventos para apresentar e dialogar sobre agendas prioritárias do governo e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em São Paulo, com empresários do setor produtivo e financeiro. Na primeira, o tema foi a

agenda de inovação do Governo Federal, com foco em compras públicas e transformação digital. Depois, o foco foi falar sobre o compromisso do governo federal com a responsabilidade fiscal e a qualidade do gasto público, seja da administração direta, seja na operação das estatais.

Illum seleciona novos alunos

Epidemias, catástrofes climáticas ou IA não são mais enredo de ficção científica. Muitas transformações globais já saíram do terreno do “se” para se tornar uma questão de “como” e “quando”. Mas esse rol aumenta continuamente. Como preparar profissionais que consi-

gam antecipar e encontrar soluções para problemas assim, que nós não sabemos quando ocorrerão, nem de que maneira exata? Esse é o desafio que norteia o trabalho da Illum, uma organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação

Fiscalização em marketplaces

Entre os dias 26 e 29 de novembro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizou a Operação Black Friday, em conjunto com a Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (DIREP) da Receita Federal do Brasil (RFB). As ações de fiscalização,

que foram planejadas com uso de inteligência artificial, ocorreram em Betim/MG e Cajamar/SP, em cinco centros de armazenagem e distribuição da Amazon e do Mercado Livre, que são plataformas de vendas online, conhecidas como marketplaces.

Governo anuncia ações para a população negra

Plano inclui desapropriações para beneficiar quilombolas

O governo federal anunciou, nesta sexta-feira (29), um conjunto de ações com o objetivo de valorizar a história e a cultura afro-brasileira, gerar emprego e renda para a população negra em geral e promover o respeito à liberdade religiosa no país.

Entre as medidas anunciadas nesta sexta-feira (29), está a desapropriação de terras na Bahia, no Maranhão, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Paraíba, no Piauí, Paraná e em São Paulo. Segundo o Palácio do Planalto, os decretos de Declaração de Interesse Social para Quilombos, assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, beneficiarão 1.123 famílias e cerca de 4 mil quilombolas de 15 territórios.

A titulação desses territórios quilombolas é o primeiro passo para garantir autonomia e proteção das comunidades, promovendo a preservação de suas tradições culturais. De acordo com o governo federal, o conjunto de áreas desapropriadas para titulação dos territórios quilombolas é o maior desde 2008, quando Lula, em seu segundo mandato, entregou 30 áreas.



Freepik

A titulação desses territórios quilombolas é o primeiro passo

Realizada no último dia útil do mês em que se celebra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (20 de novembro), a cerimônia de assinatura dos decretos contou com a presença das ministras da Igualdade Racial, Anielle Franco, e da Saúde, Nísia Trindade, e do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira.

“Uma alegria iniciar o sábado renovada com os 15 decretos

de declaração de interesse social para quilombos assinados ontem pelo presidente Lula. Entre eles, o Quilombo Pitanga de Palmares, em Simões Filho (BA) e Candeias (BA), onde a líder quilombola Mãe Bernadete foi assassinada no ano passado”, comentou Anielle, hoje (30), em suas redes sociais.

Líder quilombola, yalorixá e ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho, Maria Bernadete

Pacífico, a Mãe Bernadete, foi morta a tiros por criminosos que invadiram a comunidade e fizeram ela e parentes dela reféns, em agosto de 2023. Seis anos antes, o filho de Mãe Bernadete, Binho do Quilombo, já tinha sido morto a tiros, no município. Em agosto do ano passado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu a delimitação do território quilombola.

Desafio de empreendedores LGBTQIA+

No Brasil, segundo uma pesquisa do Datafolha divulgada em 2022, 15,5 milhões de pessoas se identificam com uma das letras da comunidade LGBTQIA+.

Mas, apesar de corresponder a 9,3% da população, esse contingente de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e demais dissidências de orientação sexual ou de identidade de gênero enfrenta dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Como alternativa, muitos destinam seus esforços a construir o próprio negócio e recorrem ao empreendedorismo, como indica a analista de Diversidade e Inclusão do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Louise Nogueira. “Temos dados e informações que mostram que as pessoas da comunidade LGBTQIA+, mais ainda quando se declaram publicamente parte da comunidade, têm muitas dificuldades de serem inseridas no mercado de



Freepik

Sebrae conclui primeira edição do Projeto Transcender

trabalho, então o empreendedorismo acaba sendo uma saída para elas”.

Na quinta-feira (28), o Sebrae concluiu a primeira edição do projeto Transcender - Empreendedorismo LGBTQIA+, voltado para negócios liderados por pessoas LGBTQIA+. Durante o Seminário Transcender, realizado na sede da instituição, na zona central do Rio de Janeiro, os 51 selecionados para o projeto participaram das palestras Boletim de Inteligência

LGBT+ e Liderança para Negócios Liderados por pessoas LGBTQIA+, além da entrega de certificados.

Responsável pelo projeto, a analista do Sebrae destaca que vulnerabilidades específicas de populações dentro do grupo aumentam ainda mais a necessidade de buscar alternativas para a sobrevivência. “No caso das pessoas transgêneras, a dificuldade é ainda maior porque não conseguem concluir os estudos, acabam sain-

do de casa muito cedo pela não aceitação dos pais e não conseguindo entrar no mercado de trabalho, até porque não têm qualificação. É uma vida muito difícil, então para todos esses grupos enxergamos que o empreendedorismo é uma saída para que essas pessoas possam ter autonomia financeira, crescimento pessoal, gerar renda e gerar emprego”, avalia Louise Nogueira.

Para ela, a falta de informação sobre o mercado e os consumidores são dois dos principais desafios enfrentados pelos empreendedores LGBTQIA+. Existem, também, a discriminação ligada às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, como e traz o professor do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Lucas Gamonal.

“Muitas vezes, as pessoas têm preconceitos associados à aparência, a trejeitos e até mesmo com relação a pessoas que convivem com HIV”.

STF

A Revista Suprema está disponível no site do STF

O novo volume da Suprema – Revista de Estudos Constitucionais foi lançado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, em setembro. Nessa edição, a Revista explora tópicos relacionados às questões e processos estruturais no Brasil e em outros países, assim como à experiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos com os temas referidos. São 12 artigos inéditos, uma entrevista com o ex-juiz do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, Dieter Grimm, e uma tradução de texto da jurista sul-africana Sandra Liebenberg, que adotam abordagens variadas e aprofundadas.

STJ

Os efeitos da audiência de conciliação frustrada

Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o Brasil adotou, de maneira definitiva, uma orientação voltada para a busca de soluções consensuais. Entre as alternativas para que a solução do conflito não tenha de ser imposta pelo Estado, estão a conciliação – em que um conciliador atua de forma mais efetiva, fazendo sugestões para o acordo – e a mediação – indicada para conflitos mais profundos e relações mais duradouras, nos quais o papel do mediador é facilitar o diálogo entre as partes. O artigo 334 do CPC/2015 tornou a audiência de conciliação ou mediação obrigatória no início dos processos.

TSE

Concurso Unificado da Justiça Eleitoral

As candidatas e os candidatos do Concurso Público Unificado da Justiça Eleitoral já podem verificar, por meio de consulta individual, a partir desta sexta, pelo site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebasp), os locais onde deverão fazer as provas de analista judiciário e técnico judiciário no dia 8 de dezembro de 2024. O Cebasp é a banca responsável pela organização e realização do concurso. Na sexta-feira passada, o edital para a consulta pública aos horários das provas do Concurso Público Unificado foi publicado na edição do Diário Oficial da União.

TCU

Guia inédito para auditoria em transição energética

O Tribunal de Contas da União (TCU) lançou, nesta quarta-feira (27/11), o Guia de Auditoria em Transição Energética, ferramenta inédita que visa fortalecer o papel das instituições superiores de controle (ISC) na fiscalização de políticas públicas relacionadas à transição energética.

O marco se insere no contexto das crescentes demandas globais por transições energéticas justas, sustentáveis e inclusivas, em alinhamento a compromissos climáticos internacionais. Inspirado pela experiência prática do TCU em uma auditoria pioneira, o guia compartilha lições aprendidas neste processo.